respectivo for finalizado, fazendo-se a *reabertura do processo* quando houver a necessidade de novo registro.

Art. 10. Além dos Livros Digitais Obrigatórios, o Cartório Eleitoral poderá adotar outros Livros Digitais Facultativos (LiDF) que julgar convenientes à organização de seus trabalhos.

Art. 11. Casos omissos serão resolvidos pela Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral.

Art. 12. O prazo final para implantação dos Livros Digitais Obrigatórios no âmbito dos Cartórios Eleitorais será a data de 31/12/2022.

Art. 13. Revoga-se o Provimento CRE-MT nº 1/2020.

Art. 14. Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá-MT, 6 de setembro de 2022.

Desembargadora **NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO**

Vice-Presidente e Corregedora

ORIENTAÇÕES

ORIENTAÇÃO N. 4/2022

EMENTA: Orienta quanto à alimentação de metadados, no PJe, com a correta utilização da Tabela Processual Unificada (TPU/CNJ) e define procedimentos para processamento exclusivo no sistema SEI, objetivando a integridade das estatísticas processuais.

A CORREGEDORA REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 22, inciso XII, do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso;

Considerando os grandes marcos estabelecidos pelas resoluções do TSE números [22676/2007](#), [23184/2009](#), [23417/2014](#) e [23447/2015](#), as quais trataram de classes, assuntos e do próprio sistema PJe;

Considerando que a padronização das tabelas processuais é uma das ações mais relevantes para o alcance do aprimoramento da coleta de informações estatísticas e do próprio serviço prestado, pela Justiça, aos cidadãos;

Considerando a importância da utilização correta da TPU que padroniza os movimentos, assuntos e classes processuais utilizados no PJe;

Considerando a instituição da Base Nacional de Dados do Poder Judiciário - DataJud - pela [Resolução CNJ n. 331 de 25/08/2020](#), alterada pela Resolução CNJ n. 437/2021.

RESOLVE expedir as seguintes orientações:

Art. 1º As autuações/distribuições efetuadas diretamente pelas partes, no PJe, deverão ser inicialmente analisadas pelo Cartório Eleitoral e os dados referentes aos "assuntos" e "classes" processuais retificados, se for caso, tendo por base as recomendações previstas nesta orientação.

Art. 2º As autuações/distribuições efetuadas diretamente pelo Cartório Eleitoral, no PJe, também atenderão as recomendações previstas nesta orientação e não contemplarão expedientes ou assuntos/temas com indicação de processamento a ocorrer de forma exclusiva no Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

Parágrafo único. Incluem-se nas autuações/distribuições efetuadas diretamente pelo Cartório Eleitoral as realizadas de ofício por demanda interna ou por requerimento de público externo.

Art. 3º Os registros no PJe, referentes aos metadados "classe", "assunto" e "movimento" serão efetuados em consonância com o [Manual de Utilização das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário](#) e em especial com as instruções dispostas nesta Orientação.

Art. 4º Os processos constantes no PJe terão seus registros de "assuntos" revistos periodicamente, no mínimo mensalmente, pela Coordenadoria de Soluções Corporativas da Secretaria de Tecnologia da Informação - CSC/STI, para averiguação de compatibilidade com os atualmente previstos pela TPU de acordo com as instâncias da Justiça Eleitoral.

§1º A STI verificará a compatibilidade do assunto com base na parametrização estabelecida na TPU do CNJ.

§2º Eventuais ajustes serão comunicados ao Cartório Eleitoral para que providencie a correção, revisando os assuntos selecionados ou acrescentando teores de assuntos que atendam às especificações.

§3º A revisão disposta no caput não desobriga a análise inicial nem correções eventuais e oportunas ao longo da tramitação do processo, no PJE, a serem efetuadas pelo Cartório Eleitoral, especialmente quanto às classes processuais estabelecidas como prioritárias ou eventualmente pertencentes às metas processuais (AIME, AIJE, Representações, APEI, Apuração de Eleição, etc.)

Art. 5º Os registros dos "movimentos", em especial os referentes às decisões/julgamentos, nos processos judiciais eletrônicos, serão realizados em conformidade com os atualmente previstos para as instâncias da Justiça Eleitoral na TPU.

§1º O lançamento da movimentação processual relacionado às decisões/sentenças deverá ser efetuado tão logo haja assinatura pela magistrada ou magistrado, não devendo ultrapassar, obrigatoriamente, o mês em que foi assinada.

§2º Considerando a importância do cômputo correto dos julgamentos e das decisões para as estatísticas processuais, a corregedoria manterá manuais com sugestões mais apropriadas para os teores de decisões/julgamentos, de acordo com a classe processual, disponíveis na *intranet* em: <http://intranet.tre-mt.gov.br/unidades/vpcre/cartorios/orientacoes-ze/processos/pje-1a-grau>.

Art. 6º Os documentos juntados pelas partes no Processo Judicial Eletrônico terão seu tipo ("tipo de documento") retificado pelo Cartório Eleitoral quando necessário, especialmente quando forem juntados documentos que afetarão as estatísticas processuais e a indicação dada pela parte não refletir a realidade.

Parágrafo único. Especial atenção será dada pelo Cartório Eleitoral quanto às juntadas efetuadas com indicação "tipo de documento" diverso, mas se referirem à interposição de recursos internos (ex: embargo de declaração) ou à juntada de petição que altere a fase processual (ex: Petição de Execução/cumprimento de sentença).

Art. 7º As autuações/distribuições efetuadas no PJe pelo Cartório Eleitoral não incluirão matérias e assuntos previstos para processamento em outros sistemas (SEI ou PJECor, etc), conforme previsto no anexo desta orientação.

Art. 8º Esta orientação contém anexo único com as instruções pormenorizadas referentes às autuações no PJe, especialmente quanto à inserção correta dos metadados processuais e a utilização das classes processuais mais utilizadas pelas serventias eleitorais, conforme a Tabela Processual Unificada (TPU/CNJ).

Parágrafo Único. Diante da necessidade de atualizações decorrentes de ajustes de termos ou inovações regulamentares, bem como em decorrência de sugestões apresentadas pelos Cartórios Eleitorais, a equipe técnica desta Corregedoria poderá efetuar a atualização de ofício do anexo desta orientação.

Cuiabá-MT, 7 de setembro de 2022.

Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

Vice-Presidente e Corregedora Regional Eleitoral

ANEXO ÚNICO - ORIENTAÇÃO CRE-MT N. 4/2022

1. DAS INSTRUÇÕES GERAIS PARA AUTUAÇÃO/DISTRIBUIÇÃO NO PJE

INTRODUÇÃO

A padronização dos sistemas de autuação e processamento dos expedientes cartorários tem como objetivo estabelecer quais sistemas serão utilizados para protocolar e processar os expedientes que chegam até o Cartório Eleitoral, de forma que as Zonas Eleitorais tenham um padrão ao receber e protocolar documentos externos. Além disso, essa padronização facilita a pesquisa e a busca de expedientes, pois se sabe exatamente onde foram processados.

Já a padronização das tabelas processuais é uma das ações mais relevantes para o aprimoramento da coleta de informações estatísticas e do próprio serviço prestado, pela Justiça, aos cidadãos.

A correta utilização das Tabelas Processuais Unificadas (TPU/CNJ) está vinculada diretamente à qualidade da prestação das informações processuais dos Tribunais ao próprio CNJ, pois com a instituição da Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DATAJUD) os Tribunais não informam mais somente os números de suas estatísticas, mas sim, devem alimentar e encaminhar a Base com dados e metadados processuais físicos ou eletrônicos, públicos ou sigilosos, de qualquer das classes previstas nas TPUs.

Considerando, deste modo, a importância da utilização correta da TPU que padroniza as Classes, Assuntos, Partes e Movimentos utilizados, a Zona Eleitoral deverá observar as orientações, que se seguem, tanto ao autuar processos quanto revisar a autuação.

CLASSES:

Ao receber um novo processo na Zona Eleitoral, o servidor deverá revisar todos os dados judiciais, realizando as correções necessárias. A correta indicação da classe específica deve ser a prioridade, efetuando-se sua mudança exclusivamente na primeira oportunidade após a sua protocolização, uma vez que a classe atualmente vincula os demais dados estatísticos do processo. Atenção: Não devem ser revisados processos arquivados para correção das classes. Caso seja necessária a correção de algum processo arquivado a Zona Eleitoral será instruída para tanto.

Reforçamos que a necessidade de alteração de classe decorrente do processamento natural do feito deve ser utilizada a tarefa "evoluir classe judicial", como no exemplo clássico do Inquérito Policial que evolui para Ação Penal Eleitoral.

Classes judiciais: https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_classes.php

ASSUNTOS:

Com nova parametrização os assuntos estão vinculados de acordo com a classe selecionada. Assim, certos assuntos não estão disponíveis para determinada classe. Reforça-se, assim, mais uma vez a necessidade de atribuir a classe correta ao processo.

Ressalte-se que os assuntos válidos são os que estão habilitados para as Zonas Eleitorais, que pertençam ao terceiro nível em diante da árvore de assuntos ou são originalmente considerados folhas (sem subdivisão), os quais são visualizados pelo ícone de folha em branco na TPU.

Podem ser selecionados vários assuntos para o processo, porém o assunto marcado como "principal" deverá sempre ser um dos assuntos habilitados para as Zonas Eleitorais e considerados folhas. Processos sem registro de assuntos folha podem não ser computados em nenhuma estatística.

Exemplo de assunto folha habilitado para as Zonas Eleitorais:

Exemplo de assunto folha NÃO habilitado para as Zonas Eleitorais (não deve ser utilizado como assunto principal):

No exemplo acima, apesar de a CLASSE Embargos à Execução Fiscal estar disponível para as Zonas Eleitorais, o ASSUNTO "Embargos à Execução" AINDA não está habilitado para sua utilização na Justiça Eleitoral. Desta forma, até que essas falhas sejam corrigidas pelo CNJ, esse assunto poderá ser incluído no processo, mas não poderá ser selecionado como assunto principal.

Assuntos processuais: https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php

PREENCHIMENTO DO OBJETO:

O objeto do processo corresponde a importante ferramenta de busca no PJe, sendo especialmente útil nos seguintes casos:

- Localização do processo por meio de "palavras-chave";
- Identificação de um processo em complemento à "classe processual" e "assunto" selecionados;
- Preenchimento de relatórios de metas e estatísticas no CNJ;
- Verificação de eventual prevenção, litispendência ou coisa julgada.

O preenchimento é livre e limitado a 3.000 caracteres, podendo o servidor inserir todas as informações do processo que entender pertinentes.

2. DA UTILIZAÇÃO DOS SISTEMAS

Os expedientes previstos para processamento em sistema diverso não serão autuados ou distribuídos pelos Cartórios Eleitorais no PJE, conforme tabela abaixo:

TABELA DE PADRONIZAÇÃO PARA USO DE SISTEMAS**AUTUAÇÃO E PROCESSAMENTO DOS EXPEDIENTES CARTORÁRIOS**

(Adaptado do material do TRE-SP)

	EXPEDIENTES	SISTEMA	CLASSE/TIPO DE PROCESSO	CÓDIGO
1	Solicitação de dados do cadastro eleitoral/lista de eleitores	SEI	Solicitação de informações sobre o cadastro eleitoral	
2	Ofícios/Comunicações de órgãos públicos	SEI	Comunicação oficial - Controle administrativo de cartórios eleitorais e de eleições	
3	Solicitação de criação de local de votação	SEI	Comunicação oficial - Controle administrativo de cartórios eleitorais e de eleições	
4	Solicitação de certidão de quitação por tempo indeterminado, apenas quando: a) for recebido de forma eletrônica (whatsApp/e-mail); b) for apresentado pessoalmente, no balcão, mas o servidor estiver com dúvida quanto ao deferimento ou entenda pela hipótese de indeferimento do pedido)	SEI	Situação do eleitor - quitação eleitoral	
5	Solicitação de certidão/ informação que necessite de autorização judicial	SEI	Solicitação de acesso à informação	

	EXPEDIENTES	SISTEMA	CLASSE/TIPO DE PROCESSO	CÓDIGO
6	Relatório Elo - Decisão coletiva de RAE	SEI	Atividade ou regulamentação sobre cadastro eleitoral	
7	Criação de posto de atendimento	SEI	Organização e funcionamento dos cartórios eleitorais	
8	Termo de convênio de cooperação - requisitados	SEI	Indicação ou dispensa de servidor requisitado	
9	Solicitação de dados de natureza estatística	SEI	Solicitação de acesso à informação / Estatísticas	
10	Solicitação de empréstimo de urna e/ou cabinas de votação	SEI	Solicitação de empréstimo de urnas de lona	
11	Justificativa de Ausência/Abandono dos trabalhos eleitorais	SEI	Situação do eleitor - lançamentos de ASE que não modificam a situação do eleitor	
12	Justificativa por ausências às urnas	Justifica	Situação do eleitor - lançamentos de ASE que não modificam a situação do eleitor	
13	Comunicação de realização de eventos (carreatas, comícios, eventos para arrecadação de verbas)	SEI	Comunicação oficial - Controle administrativo de cartórios eleitorais e de eleições	
			Comunicação oficial - Controle administrativo	

	EXPEDIENTES	SISTEMA	CLASSE/TIPO DE PROCESSO	CÓDIGO
14	Registro de Debates	SEI	de cartórios eleitorais e de eleições	
15	Comunicação de convenção partidária	SEI	Comunicação oficial - Controle administrativo de cartórios eleitorais e de eleições	
16	Comunicação de desfiliação partidária	SEI	Desfiliação partidária	
17	Pedidos relacionados ao processamento de Coexistência de filiações partidárias, de exclusão de filiação e reversão de desfiliação	PJe	FP	12554
18	Requerimento de inclusão em Lista Especial de filiados	PJe	FP	12554
19	Petição de entrega das fichas de apoio à criação de partido político	PJe	LAP	12560
20	Sindicância	PJe	Sind	1308
21	Processo Administrativo Disciplinar em face de Servidor	PJe-2ºGrau	PADServ	1262
22	Processos de natureza disciplinar contra magistrados e delegatários	PJe-Cor	PADMag	1264
23	Autoinspeção Anual, Autoinspeção Inicial, Autoinspeção Final	PJe	Insp	1304
24	Inspeção de Ciclo	PJe-Cor	Insp	1304
25	Correição Extraordinária	PJe-Cor	Cor-Ext	1303
26	Pedido de reconsideração/recurso de decisão de RAE	PJe	RIAE	12557
27	Pedido de Regularização da Situação do Eleitor, desde que não haja impacto nos direitos políticos. Ex.: Retificação ou exclusão de código de ASE que não possui impacto nos direitos políticos do eleitor, apresentação de requerimento de quitação por tempo indeterminado, reversão de transferência equivocada, reversão de inscrição cancelada por equívoco.	PJe	RSE	12559
28	Retificação ou Exclusão de Código de ASE com impacto nos direitos políticos do eleitor (Ex.: ASE 43, 337, 370, 540 e 558).	PJe	DP	12552
29	Duplicidade/Pluralidade de Inscrições/ Coincidência biográfica/ Coincidência biométrica	PJe	DPI	12553
30	Autuar quando a serventia eleitoral verificar, de ofício, a necessidade de cancelamento de inscrição eleitoral. Ex. Alistamento eleitoral de estrangeiro.	PJe	CIE	12549

	EXPEDIENTES	SISTEMA	CLASSE/TIPO DE PROCESSO	CÓDIGO
31	Impugnação de composição de mesa receptora	PJE	CMR	12550
32	Impugnação à composição de Junta Eleitoral	PJe	ICJE	12555
33	Impugnação perante às Juntas Eleitorais	PJe	IpJE	12556
34	Justificativa de Ausência/Abandono dos trabalhos eleitorais, Requerimento de dispensa de convocação aos trabalhos eleitorais, Mesário Faltoso,	PJe	CMR	12550
35	Notícia de propaganda antecipada ou irregular não recebida por sistema próprio	PJe	NIP	12561
36	Requerimento para o exercício do poder de polícia não recebido por sistema próprio	PJe	NIP	12561
37	Requerimento de auditoria nas urnas	PJe	PetCiv	241

3. DA UTILIZAÇÃO DAS CLASSES PROCESSUAIS

CLASSES JUDICIAIS DISPONÍVEIS PARA AS ZONAS ELEITORAIS

(TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS - ATUALIZADA EM 26/07/2021)

Adaptado de material do TRE-SP

AlienBac - ALIENAÇÃO DE BENS DO ACUSADO (1717)

Quando usar	Classe criminal de natureza <u>incidental</u> a ser utilizada em caso de requerimento de alienação antecipada de bens apreendidos do acusado, oriundos da prática criminosa, com o objetivo de evitar a depreciação do bem (art. 144-A, CPP). Deve ser usada <u>quando não tramitar</u> , na zona eleitoral, outro procedimento criminal referente ao crime que ensejou a apreensão dos bens.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Requerente: ENTE - PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO MATO GROSSO Requerido Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o "objeto do processo" indicar também os dados do procedimento onde ocorreu a apreensão dos bens (número, órgão responsável, local, dentre outros).	

AE - APURAÇÃO DE ELEIÇÃO (11530)

Quando usar	Provimento CRE/MT n. 4/2014. Deve ser autuado em até trinta dias contados da publicação do edital de nomeação dos membros da Junta Eleitoral. Um processo para cada município pertencente à circunscrição da Zona Eleitoral. Vide também a Resolução TSE que estiver em vigência acerca dos atos gerais do processo eleitoral referentes à eleição.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Interessado: ENTE - JUÍZO DA XXª ZONA ELEITORAL DE XX - Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)

Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php Exemplos de assuntos disponíveis para esta Classe: <i>Apuração/Totalização de Votos (11714); Eleições - Eleição Suplementar (11647); Diplomação (11724); Eleições - 1º Turno (11642); Eleições - 2º Turno (11643)</i> , dentre outros.
Campo "objeto do processo"	Recomendamos indicar no objeto o Município e Eleição a que se refere. Exemplo de preenchimento: <i>APURAÇÃO DE ELEIÇÃO - ELEIÇÃO MUNICIPAL 2020 - MUNICÍPIO DE CÁCERES</i>
Outras observações	Nesta classe processual o campo "Ano da Eleição" na aba "Dados iniciais" deverá estar sempre preenchido.

ArrHipLeg - ARRESTO/HIPOTECA LEGAL (330)

Quando usar	Arts. 134 a 138, CPP. Trata-se de <u>classe criminal de natureza incidental</u> a ser utilizada em caso de requerimento de medida assecuratória referente ao arresto /hipoteca legal de bem do acusado.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Requerente: ENTE - PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO MATO GROSSO Acusado Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o "objeto do processo" indicar também os dados do procedimento principal (número, órgão responsável, local, dentre outros).	

AvalDep - AVALIAÇÃO PARA ATESTAR DEPENDÊNCIA DE DROGAS (1719)

Quando usar	Art. 56, §2º, Lei nº 11.343/2006. Trata-se de <u>classe criminal de natureza incidental</u> a ser utilizada diante da necessidade de instauração de incidente processual para realização de exame pericial e constatação de eventual dependência química do acusado.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Autoridade Avaliado Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o "objeto do processo" indicar também os dados do procedimento principal (número, órgão responsável, local, dentre outros).	

AIME - AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO (11526)

Quando usar	Ação com fulcro no art. 14, §10, Constituição Federal.	
	Polo ativo Polo Passivo	Autor Réu

Tipo de Parte	Outros participantes	Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	<p>Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais.</p> <p>https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php</p> <p>Nos assuntos deverão ser registrados todos aqueles que se adequem ao caso, incluindo todas as transgressões eleitorais indicadas na inicial, e não somente uma delas. Exemplo: "<i>Abuso - De Poder Econômico (11718)</i>" e "<i>Abuso - De Poder Político /Autoridade (11719)</i>"</p> <p>Nos casos de alegada fraude no preenchimento do percentual de gênero, deverá constar o assunto "<i>Percentual de gênero - candidatura fictícia (12597)</i>"</p> <p>Atenção: Havendo dentre os réus candidatos eleitos, o assunto "<i>Candidato Eleito (12600)</i>" deverá ser incluído. Em caso de candidatos não eleitos, incluir o assunto "<i>Candidato Não-Eleito (12601)</i>".</p>	
Campo "objeto do processo"	<p>Exemplo de preenchimento: <i>AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO - CORRUPÇÃO FRAUDE - DISPAROS EM MASSA DE PROPAGANDA ELEITORAL POR MEIO DA PLATAFORMA WHATSAPP - EMPRESA FACHADA LTDA - PEDIDO: PROCEDÊNCIA DA AÇÃO PARA CASSAÇÃO DO MANDATO DO PREFEITO ELEITO E DIPLOMADO.</i></p> <p>Atenção: inserir no objeto a informação "Pedido de Liminar" quando tal pedido constar da inicial, lembrando de registrar também no campo correspondente na aba "Características do Processo".</p>	
Outras observações	Nesta classe processual o campo "Ano da Eleição" na aba "Dados iniciais" deverá estar sempre preenchido.	

APEI - AÇÃO PENAL ELEITORAL (11528)

Quando usar	Recebimento de denúncia para apuração de crime eleitoral - arts. 357 a 364 do Código Eleitoral.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Autor: ENTE - PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO MATO GROSSO Réu Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	<p>Qualquer dos assuntos que se adequem ao caso, podendo ser mais de um. Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais.</p> <p>https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php</p> <p>Exemplo de assunto: <i>Direito Eleitoral Crimes Eleitorais Crimes Contra a fé pública eleitoral Falsidade ideológica (11473)</i>;</p>	
Campo "objeto do processo"	<p>Ao preencher o "objeto do processo" indicar também os dados do procedimento de origem (Inquérito, número, órgão responsável, local, dentre outros).</p> <p>Exemplo de preenchimento: <i>DENÚNCIA COM FULCRO NO ART. 350 DO CÓDIGO ELEITORAL - FATO: OMISSÃO DE GASTOS DE CAMPANHA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS - PROCEDIMENTO DE ORIGEM: INQUÉRITO POLICIAL - PORTARIA Nº 256/2020 DA DELEGACIA DE POLÍCIA DE SINOP/MT. PRESCRIÇÃO IN ABSTRATO: 12 ANOS, A CONTAR DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. FICHA LIMPA.</i></p>	

	Observação: Caso a ação penal tenha relação com a decisão do STF no inquérito n. 4435 que reafirmou a competência da justiça eleitoral no julgamento dos crimes comuns conexos ao eleitoral, recomenda-se a inclusão no campo "objeto do processo" da informação " <i>Competência decorrente da decisão no Inquérito Policial 4435 STF</i> "
Outras observações	Atenção: Recebida a denúncia no procedimento criminal (Inquérito Policial, TCO ou Notícia Crime), deve ser feita a evolução da classe judicial para Ação Penal Eleitoral, através da tarefa "evoluir classe judicial". Importante: O procedimento criminal (Inquérito Policial, TCO ou Notícia Crime) não deve ter sua classe "retificada" para Ação Penal Eleitoral na tarefa "retificar autuação", pois esta tarefa somente deve ser utilizada quando a autuação foi realizada de forma equivocada. http://novaintranet.tre-sp.jus.br/servicos/pje/paginas/manual-pdf/tarefas-de-processamento/evoluir-classe-judicial.pdf

AIJE - AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (11527)

Quando usar	Ação de investigação, prevista no art. 22, LC 64/1990, que objetiva a apuração de abuso de poder econômico e/ou político em benefício de candidato ou partido político.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Autor Réu Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php Nos assuntos deverão ser registrados todos aqueles que se adequem ao caso, incluindo todas as transgressões eleitorais indicadas na inicial, e não somente uma delas. Exemplo: " <i>Abuso - De Poder Econômico (11718)</i> " e " <i>Abuso - De Poder Político /Autoridade (11719)</i> " Nos casos de alegada fraude no preenchimento do percentual de gênero, deverá constar o assunto " <i>Percentual de gênero - candidatura fictícia (12597)</i> " Atenção: Havendo dentre os réus candidatos eleitos, o assunto " <i>Candidato Eleito (12600)</i> " deverá ser incluído. Em caso de candidatos não eleitos, incluir o assunto " <i>Candidato Não-Eleito (12601)</i> ".	
Campo "objeto do processo"	Exemplo de preenchimento: <i>AIJE - USO INDEVIDO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - UTILIZAÇÃO DE ESQUEMA DE CAPTAÇÃO DE VOTOS MEDIANTE USO DE PUBLICAÇÕES PAGAS NA INTERNET EM PERFIS SELECIONADOS DE REDES SOCIAIS. PEDIDOS: PROCEDÊNCIA DA AÇÃO E CONDENAÇÃO DOS REQUERIDOS NAS PENAS DO ART. 22, XIV DA LEI COMPLEMENTAR 64/90 - FICHA LIMPA</i> Atenção: inserir no objeto a informação "Pedido de Liminar" quando tal pedido constar da inicial, lembrando de registrar também no campo correspondente na aba "Características do Processo".	
Outras observações	Nesta classe processual o campo "Ano da Eleição" na aba "Dados iniciais" deverá estar sempre preenchido.	

CIE - CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO ELEITORAL (12549)

Quando usar	Arts. 71 a 81 do Código Eleitoral. Observadas as Orientações da Corregedoria, autuar quando a serventia eleitoral verificar, de ofício, a necessidade de cancelamento de inscrição eleitoral. Ex. Alistamento eleitoral de estrangeiro.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Interessado: ENTE - JUÍZO DA XXª ZONA ELEITORAL DE XX Interessado: ELEITOR Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Exemplo de preenchimento: <i>CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO ELEITORAL - ALISTAMENTO DE ESTRANGEIRO.</i>	
Outras observações	Atenção: esta classe não deve ser utilizada para tratar duplicidade/pluralidade de inscrições, pois há classe processual específica para estes casos.	

CartOrdCrim - CARTA DE ORDEM CRIMINAL (335)

Quando usar	Recebimento de Carta de Ordem, referente a processo criminal. As Cartas de Ordem serão autuadas e protocoladas pela Secretaria Judiciária diretamente na Zona Eleitoral Ordenada, utilizando-se o PJE 1º Grau.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Ordenante: ENTE - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso Ordenado: ENTE - JUÍZO DA XXª ZONA ELEITORAL DE XX Promotor Eleitoral do Estado de Mato Grosso (fiscal da lei) Interessado: Partes do processo originário (incluir os advogados, se tiver)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o "objeto do processo" indicar os dados do processo em que foi expedida a carta. Exemplo de preenchimento: <i>CARTA DE ORDEM. DETERMINAÇÃO CONSTANTE NA AÇÃO PENAL Nº 322-78.2020.6.11.0000 TRE-MT. ATO A SER PRATICADO: CITAÇÃO.</i>	
Outras observações	Atenção: Concluído o processamento da Carta, o Juízo Eleitoral Ordenado comunicará ao Tribunal o seu cumprimento ou a impossibilidade de fazê-lo. A referida comunicação será realizada via e-mail, encaminhando-se como anexo da respectiva mensagem eletrônica eventuais documentos produzidos na Carta e de interesse do Tribunal. O arquivamento das Cartas será realizado na própria Zona Eleitoral Ordenada após a providência referida no artigo anterior (Resolução TRE-MT 2430/2020).	

CartOrdCiv - CARTA DE ORDEM CÍVEL (258)

Quando usar	Recebimento de Carta de Ordem, referente a processo cível. As Cartas de Ordem serão autuadas e protocoladas pela Secretaria Judiciária diretamente na Zona Eleitoral Ordenada, utilizando-se o PJE 1º Grau.	
	Polo ativo Polo Passivo	Ordenante: ENTE - Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso Ordenado: ENTE - JUÍZO DA XXª ZONA ELEITORAL DE XX

Tipo de Parte	Outros participantes	Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei) Interessado: Partes do processo originário (incluir os advogados, se tiver)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o "objeto do processo" indicar os dados do processo em que foi expedida a carta. Exemplo de preenchimento: <i>CARTA DE ORDEM. DETERMINAÇÃO CONSTANTE NA REPRESENTAÇÃO Nº 222-88.2020.6.11.0000 TRE-MT. ATO A SER PRATICADO: CITAÇÃO.</i>	
Outras observações	Atenção: Concluído o processamento da Carta, o Juízo Eleitoral Ordenado comunicará ao Tribunal o seu cumprimento ou a impossibilidade de fazê-lo. A referida comunicação será realizada via e-mail, encaminhando-se como anexo da respectiva mensagem eletrônica eventuais documentos produzidos na Carta e de interesse do Tribunal. O arquivamento das Cartas será realizado na própria Zona Eleitoral Ordenada após a providência referida no artigo anterior (Resolução TRE-MT 2430/2020).	

CartPrecCrim - CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL (355)

Quando usar	Arts. 222, 230, 289, 353 a 356, CPP. Carta Precatória referente a processo criminal. As Cartas Precatórias serão autuadas e protocoladas pelo Juízo Eleitoral Deprecante diretamente na Zona Eleitoral Deprecada, utilizando-se o PJE 1º Grau.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Deprecante: ENTE - JUÍZO DA XXª ZONA ELEITORAL DE XX Deprecado: ENTE - JUÍZO DA XXª ZONA ELEITORAL DE XX Promotor Eleitoral do Estado de Mato Grosso (fiscal da lei) Interessado: Partes do processo originário (incluir os advogados, se tiver)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o "objeto do processo" indicar os dados do processo em que foi expedida a carta. Exemplo de preenchimento: <i>CARTA PRECATÓRIA EXPEDIDA PELA 1ª ZONA ELEITORAL DE CUIABÁ/MT. DETERMINAÇÃO CONSTANTE NA AÇÃO PENAL Nº 862- 18.2020.6.11.0001. ATO A SER PRATICADO: AUDIÊNCIA PARA PROPOSTA DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO.</i>	
Outras observações	Atenção: Concluído o processamento da Carta, o Juízo Eleitoral Deprecado comunicará à Zona Eleitoral Deprecante o seu cumprimento ou a impossibilidade de fazê-lo. A referida comunicação será realizada via e-mail, encaminhando-se como anexo da respectiva mensagem eletrônica eventuais documentos produzidos na Carta e de interesse do Juízo Deprecante. O arquivamento das Cartas será realizado na própria Zona Eleitoral Deprecada após a providência referida no artigo anterior (Resolução TRE-MT 2.430/2020).	

CartPrecCiv - CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261)

Quando usar	Arts. 260 a 268, CPC. Carta Precatória referente a processo cível. As Cartas Precatórias serão autuadas e protocoladas pelo Juízo Eleitoral Deprecante diretamente na Zona Eleitoral Deprecada, utilizando-se o PJE 1º Grau.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Deprecante: ENTE - JUÍZO DA XXª ZONA ELEITORAL DE XX Deprecado: ENTE - JUÍZO DA XXª ZONA ELEITORAL DE XX Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei) Interessado: Partes do processo originário (incluir os advogados, se tiver)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o "objeto do processo" indicar os dados do processo em que foi expedida a carta. Exemplo de preenchimento: <i>CARTA PRECATÓRIA EXPEDIDA PELA 1ª ZONA ELEITORAL DE CUIABÁ/MT. DETERMINAÇÃO CONSTANTE NA REPRESENTAÇÃO Nº 222-11.2020.6.11.0001. ATO A SER PRATICADO: OITIVA DE TESTEMUNHA.</i>	
Outras observações	Atenção: Concluído o processamento da Carta, o Juízo Eleitoral Deprecado comunicará à Zona Eleitoral Deprecante o seu cumprimento ou a impossibilidade de fazê-lo. A referida comunicação será realizada via e-mail, encaminhando-se como anexo da respectiva mensagem eletrônica eventuais documentos produzidos na Carta e de interesse do Juízo Deprecante. O arquivamento das Cartas será realizado na própria Zona Eleitoral Deprecada após a providência referida no artigo anterior (Resolução TRE-MT 2.430/2020).	

RogatoCrim - CARTA ROGATÓRIA CRIMINAL (375)

Quando usar	Arts. 783 a 786, CPP. Caso a Zona Eleitoral receba Carta Rogatória para cumprimento, o servidor deverá entrar em contato com a CRE para receber instruções antes de qualquer providência de autuação. Havendo necessidade de expedição de Carta Rogatória para cumprimento em outro país, a Zona Eleitoral deverá utilizar esta Classe para autuação e remessa, devendo seguir as orientações da Secretaria Judiciária para instrução e remessa.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Rogante: Rogado: Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	

RogatoCiv - CARTA ROGATÓRIA CÍVEL (264)

Quando usar	Arts. 260 a 268, CPC. Caso a Zona Eleitoral receba Carta Rogatória para cumprimento, o servidor deverá entrar em contato com a CRE para receber instruções antes de qualquer providência de autuação. Havendo necessidade de expedição de Carta Rogatória para cumprimento em outro país, a Zona Eleitoral deverá utilizar esta Classe para autuação e remessa, devendo seguir as orientações da Secretaria Judiciária para instrução e remessa.	
	Polo ativo	Rogante:

Tipo de Parte	Polo Passivo Outros participantes	Rogado: Promotor Eleitoral do Estado de Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	

CauFis - CAUTELAR FISCAL (83)

Quando usar	Lei nº 8.397/1992. Trata-se de ação de natureza cautelar que pode ser ajuizada pela PFN inclusive no curso da execução judicial do valor inscrito na Dívida Ativa da União.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Requerente: PESSOA JURÍDICA - PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 1ª REGIÃO (CNPJ 00.394.460/0230-01) Requerido Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Indicar no objeto o número do processo de execução fiscal e/ou outros dados que identifiquem a dívida correspondente.	

CaulnomCrim - CAUTELAR INOMINADA CRIMINAL (11955)

Quando usar	Arts. 319 e 320, CPP. Trata-se de classe criminal a ser utilizada quando não houver classe específica para o pedido de natureza cautelar que se pretende apresentar em Juízo.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Requerente/Autor*: Requerido/Réu*: Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei) *Obs.: Utilizar os tipos de partes "autor" e "réu" quando já houver Ação Penal em trâmite e o pedido tenha sido apresentado pelo MPE.
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o "objeto do processo" indicar também os dados do processo /procedimento principal (número, órgão responsável, local, dentre outros).	

CMR - COMPOSIÇÃO DE MESA RECEPTORA (12550)

Quando usar	Esta classe poderá ser utilizada em três hipóteses: (1) composição das mesas receptoras (convocação dos mesários); (2) recebimento de reclamação referente à composição da mesa receptora de votos/justificativa, nos termos do art. 63, Lei nº 9.504/97; (3) instauração de procedimento individual para apuração e eventual aplicação de multa do membro da mesa receptora que abandonou ou deixou de comparecer ao trabalho eleitoral, conforme art. 124, Código Eleitoral.	
	COMPOSIÇÃO DAS MESAS RECEPTORAS	
	Polo ativo	Interessado: ENTE - JUÍZO DA XXª ZONA ELEITORAL DE XX

Tipo de Parte	Polo Passivo	-
	Outros participantes	Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
	IMPUGNAÇÃO À MESA RECEPTORA	
	Polo ativo	Requerente: Candidato / Coligação / Eleitor/ Partido
	Polo Passivo	Requerido: Mesário
	Outros participantes	Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
MESÁRIO FALTOSO (processo individual)		
Tipo de Parte	Polo ativo	Interessado: ENTE - JUÍZO DA XXª ZONA ELEITORAL DE XX
	Polo Passivo	Interessado: MESÁRIO
	Outros participantes	Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Exemplo de preenchimento: <i>COMPOSIÇÃO DE MESA RECEPTORA - CONVOCAÇÃO DE MESÁRIOS - MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI - ELEIÇÕES 2022 - 1º E 2º TURNO.</i> <i>MESÁRIO FALTOSO - SEÇÃO 101 - MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI - ELEIÇÕES 2022 - 1º TURNO.</i>	
Outras observações	Nesta classe processual o campo "Ano da Eleição" na aba "Dados iniciais" deverá estar sempre preenchido.	

APri - COMUNICADO DE MANDADO DE PRISÃO (12121)

Quando usar	Art. 289-A e 290, CPP. Recebimento de auto de prisão lavrado pela autoridade policial, quando não tramitar, na zona eleitoral, outro procedimento criminal referente ao crime eleitoral que ensejou a prisão.	
Tipo de Parte	Polo ativo	Autoridade
	Polo Passivo	Acusado
	Outros participantes	Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o "objeto do processo" indicar também os dados do procedimento autuado pela autoridade policial (número, órgão responsável, local, dentre outros).	

CC Civ - CONFLITO DE COMPETÊNCIA CÍVEL (221)

Quando usar	Art. 951 a 959, CPC. Havendo conflito de competência entre 2 ou mais Juízes Eleitorais, referente a processo de natureza cível, autuar novo processo autônomo nessa classe. A autuação será feita pelo cartório do Juízo que por último declarou sua competência/incompetência. <i>Observação: tratando-se de conflito entre Justiça Eleitoral e Justiça Comum, ou entre Justiça Eleitoral e Justiça Federal, não há necessidade de autuação de novo processo nesta classe pois a decisão cabe ao Superior Tribunal de Justiça e não há integração entre os sistemas de processamento eletrônico.</i>	
	Polo ativo	Suscitante
	Polo Passivo	Suscitado

Tipo de Parte	Outros participantes	Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o "objeto do processo" informar os dados do processo, indicando os assuntos tratados naqueles autos que levantaram dúvidas sobre a competência.	

ConfJurisd - CONFLITO DE JURISDIÇÃO (325)

Quando usar	Arts. 114 a 117, CPP. Havendo conflito de competência positivo entre 2 ou mais Juízes Eleitorais, referente a processo criminal, autuar novo processo autônomo nessa classe. A autuação será feita pelo cartório do Juízo que por último declarou sua competência. Tratando-se de conflito negativo, poderá ser suscitado nos próprios autos do processo original (art. 116, §1º, CPP), que será remetido ao 2º Grau na classe adequada. <i>Observação: tratando-se de conflito entre Justiça Eleitoral e Justiça Comum, ou entre Justiça Eleitoral e Justiça Federal, não há necessidade de autuação de novo processo nesta classe pois a decisão cabe ao Superior Tribunal de Justiça e não há integração entre os sistemas de processamento eletrônico.</i>	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Suscitante Suscitado Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o "objeto do processo" informar os dados do processo, indicando os assuntos tratados naqueles autos que levantaram dúvidas sobre a competência.	

CorOrd - CORREIÇÃO ORDINÁRIA (1307)

Não usar	Classe utilizada somente até 2021 para autuação de procedimento para realização da correição ordinária. Atualmente a Zona Eleitoral autuará o processo de autoinspeção na classe INSP - Inspeção (1304).
----------	--

CorExt - CORREIÇÃO EXTRAORDINÁRIA (1303)

Não usar	Conforme disposto no art. 50, da Res. TSE n. 23.657/2021, a correição será instaurada mediante ato da corregedoria eleitoral. Portanto, quando da sua realização, a mesma será autuada pela Corregedoria no PJeCor.
----------	---

CumSen - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)

Quando usar	Art. 523 e seguintes, CPC. Processamento de cumprimento de sentença que determinou, em sede de Prestação de Contas, o recolhimento de valores ao Tesouro Nacional. O requerimento pode ser apresentado pela AGU nos autos da PC. A prestação de contas terá sua classe evoluída para Cumprimento de Sentença através da tarefa "evoluir classe judicial".	
	Polo ativo	

Tipo de Parte	Polo Passivo Outros participantes	Requerente: UNIÃO FEDERAL (CNPJ nº 07.524.710/0001-60), representado pela Procuradoria-Regional da União da 1ª Região Requerido Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o objeto sempre informar os dados do processo que gerou o débito. Exemplo de preenchimento: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CONDENAÇÃO PARA RECOLHIMENTO DE VALORES AO TESOUREIRO NACIONAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS JULGADA DESAPROVADA. PC Nº 664-92.2020.6.11.0006.	

CumPrDec - CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO (10980)

Quando usar	Art. 519, CPC. Em regra, essa classe será usada em caso de necessidade de cumprimento de decisão liminar quando não for possível promover os atos no processo principal. <i>Exemplo: decisão liminar concedida pelo Tribunal em grau de recurso - processo principal pendente de julgamento no TRE.</i>	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Requerente Requerido Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o objeto sempre informar os dados do processo principal.	

CumPrSe - CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA (157)

Quando usar	Art. 520, CPC. Cabível quando for necessário iniciar o cumprimento de sentença /acórdão impugnado por recurso desprovido de efeito suspensivo. Não utilizar para processos de natureza criminal.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Exequente Executado Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o objeto sempre informar os dados do processo principal.	

DR - DIREITO DE RESPOSTA (12625)

Quando usar	Arts. 58 e 58-A, Lei nº 9.504/1997. Durante o período eleitoral, para as ações que requerem o exercício do direito de resposta em face de propaganda eleitoral, ainda que negativa.	
	Polo ativo Polo Passivo	Requerente: Partido / Coligação / Candidato Requerido

Tipo de Parte	Outros participantes	Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Exemplo de preenchimento: <i>DIREITO DE RESPOSTA - PROPAGANDA NEGATIVA - INTERNET - FAKE NEWS - REDE SOCIAL - FACEBOOK - VÍDEO - [inserir o link informado] - OFENSA À CREDIBILIDADE DO REPRESENTANTE - "INTUITO DE LEVAR A POPULAÇÃO AO ENTENDIMENTO DE QUE O, ORA CANDIDATO, QUE TAMBÉM É VEREADOR NA CIDADE, TERIA SE APROVEITADO DA CONDIÇÃO DE VEREADOR PARA COMPRA GASOLINA EM GALÃO, EM PREFERÊNCIA DOS DEMAIS CIDADÃOS DA CIDADE." - PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA PARA QUE SEJA RETIRADO DO AR O VÍDEO, A CONCESSÃO DO DIREITO DE RESPOSTA BEM COMO A CONDENAÇÃO DOS REPRESENTADOS AO PAGAMENTO DE EVENTUAIS CUSTAS PROCESSUAIS, HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E DEMAIS COMINAÇÕES LEGAIS.</i>	

DP - DIREITOS POLÍTICOS (12552)

Quando usar	Quando houver necessidade de solicitação de exclusão ou retificação de Código de ASE que produza impacto direto sobre os direitos políticos do eleitor (ex. ASE 43, 337, 370, 540 e 558). <i>Excepcionalmente, poderá ser utilizado em caso de requerimento de restabelecimento de direitos políticos, apresentado pelo eleitor, quando houver necessidade de apreciação judicial.</i>	
Tipo de Parte	RETIFICAÇÃO/EXCLUSÃO DE ASE COM IMPACTO NOS DIREITOS POLÍTICOS	
	Polo ativo	Interessado: ENTE - JUÍZO DA XXª ZONA ELEITORAL DE XX
	Polo passivo	Interessado: ELEITOR
	Outros participantes	Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Tipo de Parte	REQUERIMENTO DE ELEITOR	
	Polo ativo	Requerente: ELEITOR
	Polo Passivo	-
	Outros participantes	Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o objeto sempre informar código de ASE que se pretende excluir ou retificar.	

DPI - DUPLICIDADE/PLURALIDADE DE INSCRIÇÕES - COINCIDÊNCIAS (12553)

Quando usar	Res. TSE nº 23.659/2021. Verificação, mediante batimento realizado pelo Sistema ELO, de duplicidade/pluralidade de inscrições em coincidência de dados biográficos ou de dados biométricos.	
Tipo de Parte	Interessado: ENTE - JUÍZO DA XXª ZONA ELEITORAL DE XX	
	Interessado: ELEITOR	
	Interessado: ELEITOR	
	Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)	

Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php
Campo "objeto do processo"	<i>Exemplo de preenchimento: DUPLICIDADE DETECTADA PELO ELO - BATIMENTO EM ___/___/2020 - ELEITORES VINCULADOS À MESMA ZONA ELEITORAL. COINCIDÊNCIA BIOMÉTRICA - ELEITORES VINCULADOS A ZONAS ELEITORAIS DIVERSAS - 005ª ZE e 020ª ZE.</i>

ETCrim - EMBARGOS DE TERCEIRO CRIMINAL (327)

Quando usar	Oposição de embargos nos termos do art. 130, II, CPP.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Embargante Embargado Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o objeto sempre informar os dados do processo principal.	

ETCiv - EMBARGOS DE TERCEIRO CÍVEL (37)

Quando usar	Art. 674 e seguintes, CPC. Ação oposta por pessoa que, não sendo parte do processo, sofre constrição ou ameaça de constrição de bem sobre o qual tem direito ou posse.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Embargante Embargado Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o objeto sempre informar os dados do processo principal.	

EmbAc - EMBARGOS DO ACUSADO (1715)

Quando usar	Art. 130, I, CPP. Classe de natureza criminal a ser utilizada em caso de oposição de embargos, pelo acusado.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Embargante Embargado Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o objeto sempre informar os dados do processo principal.	

EE - EMBARGOS À EXECUÇÃO (172)

Não usar	Na ceara cível a Justiça Eleitoral promove apenas execução fiscal, a qual já possui classe própria para o caso de oposição de embargos. Portanto, a classe Embargos à Execução não deve ser utilizada.
----------	--

EEfis - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118)

Quando usar	Art. 16, Lei nº 6.830/1980. Oposição de embargos à execução fiscal em trâmite no cartório eleitoral.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Embargante Embargado Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o objeto sempre informar os dados do processo principal.	

EXC - EXCEÇÃO (12060)

Quando usar	Art. 146, §1º, CPC. Arguição de suspeição, impedimento ou incompetência do Juízo que necessite ser autuada em apartado para apreciação do Tribunal. A classe pode ser utilizada para feitos cíveis e criminais.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Excipiente Excepto Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o objeto sempre informar os dados do processo principal.	

Verdad - EXCEÇÃO DA VERDADE (324)

Quando usar	Meio de defesa, de natureza criminal, cabível nas hipóteses previstas nos arts. 324, §2º e 325, parágrafo único, do Código Eleitoral. Procedimento previsto no art. 523, CPP.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Excipiente Excepto Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o objeto sempre informar os dados do processo principal.	

EP - EXECUÇÃO DA PENA (386)

Quando usar	Execução de pena condenatória criminal transitada em julgado, <i>enquanto não for implantado na Justiça Eleitoral o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificado</i> . Caso a ação penal tenha tramitado na zona eleitoral, arquivar a Ação Penal e autuar novo processo na classe Execução da Pena.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Exequirente: ENTE - JUÍZO DA XXª ZONA ELEITORAL DE XX Interessado: ENTE - PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO MATO GROSSO Executado Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o objeto sempre informar o número da Ação Penal em que ocorreu a condenação.	
Outras observações	Os processos autuados nesta classe devem conter apenas uma pessoa no polo passivo, ou seja, um único executado. Caso tenha sido condenada mais de uma pessoa na Ação Penal, autuar processos de execução individualizados.	

ExMedAltJC - EXECUÇÃO DE MEDIDAS ALTERNATIVAS NO JUÍZO COMUM (12729)

Quando usar	Concessão do benefício da transação penal eleitoral, antes do recebimento da denúncia, observado art. 76, Lei nº 9.099/1995. O cartório deve providenciar a <i>evolução de classe</i> . Usar em caso de homologação de Acordo de Não Persecução Penal, nos termos do art. 28-A, CPP, devendo ser providenciada a <i>evolução de classe</i> . <i>As instruções para ANPP podem eventualmente ser modificadas após implantação do SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificado</i> .	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Autor: ENTE - PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO MATO GROSSO Investigado Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Atualizar o campo objeto do processo para incluir a informação de concessão de transação penal eleitoral ou do acordo de não persecução penal.	

EF - EXECUÇÃO FISCAL (1116)

Quando usar	Lei nº 6.830/1980. Execução de multa eleitoral inscrita na Dívida Ativa da União. Legitimidade da PFN para ajuizamento.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Exequirente: PESSOA JURÍDICA - PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 1ª REGIÃO (CNPJ 00.394.460/0230-01) Executado Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)

Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php
Campo "objeto do processo"	Informar no objeto os dados do processo que gerou o débito. Exemplo de preenchimento: MULTA ELEITORAL APLICADA NA REPRESENTAÇÃO Nº 542-87.2020.6.26.0020. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO. EMISSÃO DE DEMONSTRATIVO DE DÉBITO PARA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA.

ExDoCoCrim - EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA CRIMINAL (11788)

Quando usar	Aplicação subsidiária do art. 396 e seguintes, CPC. Processo de natureza <u>incidental</u> criminal no qual é apresentado requerimento para que a parte exhiba documento ou coisa que se encontra em seu poder.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Requerente Requerido Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	

ExDoCoCiv - EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA CÍVEL (228)

Quando usar	Art. 396 e seguintes, CPC. Apresentação de requerimento em Juízo para que a parte exhiba documento ou coisa que se encontra em seu poder. Cabível ação autônoma quando a pretensão do requerente se exaure na apresentação do que foi solicitado. Possibilidade de ser utilizado para produção de prova antecipada.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Requerente Requerido Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	

FP - FILIAÇÃO PARTIDÁRIA (12554)

Quando usar	A classe será utilizada, via de regra, em duas situações: requerimento de inclusão em lista especial de filiação, apresentado pelo eleitor que se sentiu prejudicado por desídia ou má-fé do partido político, observado o disposto no art. 19, §2º, Lei nº 9.096/95 e art. 4º, Res TSE nº 23.117/2009; verificação de coexistência de filiação partidária, no sistema FILIA, o que enseja a autuação do processo para apreciação judicial, nos termos do art. 22, parágrafo único, Lei nº 9.096/95 e arts. 11-A e 12, Res TSE nº 23.117/20097.	
Tipo de Parte	LISTA ESPECIAL	
	Polo Ativo	Requerente: ELEITOR; PARTIDO POLÍTICO
	Polo Passivo	Requerido: PARTIDO POLÍTICO (se não estiver no polo ativo)
	Outros participantes	Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Tipo de Parte	COEXISTÊNCIA DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA - SUB JUDICE	
	Polo ativo	Interessado: ENTE - JUÍZO DA XXª ZONA ELEITORAL DE XX
	Polo Passivo	Interessado: ELEITOR FILIADO; PARTIDOS ENVOLVIDOS

	Outros participantes	Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Exemplos de preenchimento: <i>PEDIDO DE INCLUSÃO EM LISTA ESPECIAL APRESENTADO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO PROVIMENTO CGE Nº XX/2020. REQUERENTE DESEJA SE CANDIDATAR NO PLEITO DE 2020. ATUALMENTE ENCONTRA-SE SEM FILIAÇÃO PARTIDÁRIA. ALEGAÇÃO DE DESÍDIA DO PARTIDO PF. FILIAÇÃO PARTIDÁRIA SUB-JUDICE. CONSTA NO SISTEMA FILIA MESMA DATA DE FILIAÇÃO. PARTIDOS PF E PW.</i>	
Outras observações	Atenção: o Cartório deve verificar no sistema FILIA, no prazo estabelecido no cronograma de processamento ordinário das relações de filiados, publicado anualmente pelo TSE, a existência de coexistência de filiação partidária (filiação partidária <i>sub judice</i>) a ser autuada para apreciação judicial.	

HCCrim - HABEAS CORPUS CRIMINAL (307)

Quando usar	Art. 5º, LXVIII, CF e arts. 647 a 667, CPP. Recebimento de pedido que visa evitar (HC preventivo) ou fazer cessar (HC liberatório) eventual abuso e/ou ilegalidade que afete o direito à locomoção de certo indivíduo.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Impetrante (quem apresenta o requerimento) Paciente (quem sofre a coação) Impetrado (coator) Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	

HDCiv - HABEAS DATA CÍVEL (110)

Quando usar	Lei nº 9.507/1997. Requerimento, apresentado pelo interessado, para acesso a informações a ele relativas, constantes no banco de dados da Justiça Eleitoral, e, conforme o caso, com solicitação de sua retificação ou anotação de contestação /explicação.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Impetrante Impetrado Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	

HomoAcColPrem - HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA (12077)

Quando usar	Art. 4º, §6º e seguintes, da Lei nº 12.850/2013. Utilizar classe em caso de recebimento dos termos de acordo de colaboração premiada, apresentado ao Juízo pela Autoridade Policial ou pelo Ministério Público, conforme o caso, para homologação.	
	Polo ativo Polo Passivo	Autoridade Colaborador

Tipo de Parte	Outros participantes	Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o objeto do processo indicar também os dados do procedimento instaurado pelo MP ou pela autoridade policial em que se realizou o acordo de colaboração premiada (ato, número, órgão responsável, local, dentre outros).	
Outras observações	<p><u>POLÍCIA CIVIL</u>: deve ser cadastrada como Pessoa Jurídica, utilizando-se o CNPJ n. 37.465.432/0001-88</p> <p>- Cadastro do delegado: deve ser feito do mesmo modo como se cadastra um servidor, pois, para o PJE, o delegado da Polícia Civil funciona como se fosse um servidor. A diferença é que deve ser selecionada, como modelo de localização, a "Delegacia de Polícia Civil" e, como papel, "Policial Civil"</p> <p><u>POLÍCIA FEDERAL</u>: deve ser cadastrada "Ente ou autoridade", de acordo com a sigla da delegacia responsável pelo município.</p> <p>- Cadastro do delegado: os DELEGADOS FEDERAIS estão atuando como procuradores, ou seja, usuários externos, assim como os promotores. Quanto ao cadastro dos DELEGADOS FEDERAIS, este será feito pelo Gestor Regional do PJE na PF, que é o superintendente regional da PF.</p>	

ICJE - IMPUGNAÇÃO À COMPOSIÇÃO DE JUNTA ELEITORAL (12555)

Quando usar	Art. 36, do Código Eleitoral. Vide a Resolução TSE que estiver em vigência acerca dos atos gerais do processo eleitoral referentes à eleição.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Impugnante Impugnado Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Outras observações	Nesta classe processual o campo "Ano da Eleição" na aba "Dados iniciais" deverá estar sempre preenchido.	

IpJE - IMPUGNAÇÃO PERANTE AS JUNTA ELEITORAL (12556)

Quando usar	Art. 169 e seguintes, do Código Eleitoral. Apresentação de impugnação em face de ato praticado durante a votação, ou no decorrer da apuração, cuja decisão seja de competência da Junta Eleitoral.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Impugnante Impugnado Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Outras observações	Nesta classe processual o campo "Ano da Eleição" na aba "Dados iniciais" deverá estar sempre preenchido.	

IncFal - INCIDENTE DE FALSIDADE (332)

Quando usar	Art. 145 e seguintes, CPP. Classe de natureza criminal <u>incidental</u> a ser utilizada em caso de arguição de falsidade de documento constante nos autos do processo principal.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Suscitante Suscitado Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o objeto do processo indicar também os dados do processo principal.	

IP - INQUÉRITO POLICIAL (279)

Quando usar	Art. 4º e seguintes, CPP. Recebimento de portaria (ou outro documento hábil a comprovar) de instauração de inquérito junto à Autoridade Policial para investigação de suposto crime eleitoral.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Autor: Polícia Civil ou Polícia Federal (ver na observação) Investigado Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Exemplo de preenchimento: <i>DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - PORTARIA Nº 999/2017 - APURAÇÃO DE EVENTUAL CRIME ELEITORAL - FALSA DECLARAÇÃO DE BENS NO REGISTRO DE CANDIDATURA A VEREADOR NAS ELEIÇÕES DE 2016 - INCIDÊNCIA ART. 350 DO CÓDIGO ELEITORAL.</i> Observação: Caso o inquérito tenha relação com a decisão do STF no inquérito n. 4435 que reafirmou a competência da justiça eleitoral no julgamento dos crimes comuns conexos ao eleitoral, recomenda-se a inclusão no campo "objeto do processo" da informação " <i>Competência decorrente da decisão no Inquérito Policial 4435 STF</i> "	
Outras observações	<u>POLÍCIA CIVIL</u> : deve ser cadastrada como Pessoa Jurídica, utilizando-se o CNPJ n. 37.465.432/0001-88 - Cadastro do delegado: deve ser feito do mesmo modo como se cadastra um servidor, pois, para o PJE, o delegado da Polícia Civil funciona como se fosse um servidor. A diferença é que deve ser selecionada, como modelo de localização, a "Delegacia de Polícia Civil" e, como papel, "Policial Civil" <u>POLÍCIA FEDERAL</u> : deve ser cadastrada "Ente ou autoridade", de acordo com a sigla da delegacia responsável pelo município. - Cadastro do delegado: os DELEGADOS FEDERAIS estão atuando como procuradores, ou seja, usuários externos, assim como os promotores. Quanto ao cadastro dos DELEGADOS FEDERAIS, este será feito pelo Gestor Regional do PJE na PF, que é o superintendente regional da PF.	

InsanAc - INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO (333)

Quando usar	Art. 149 e seguintes, CPP. Classe de natureza criminal <u>incidental</u> a ser utilizada em caso de dúvida sobre a saúde mental do investigado/acusado e para verificar se, à época dos atos, ele era ou não inimputável.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Suscitante Suscitado Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o objeto do processo informar também os dados do processo principal.	

INSP - INSPEÇÃO (1304)

Quando usar	Provimento CRE-MT nº 1/2022. Realização das autoinspeções anuais nos Cartórios Eleitorais.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Inspetor: Juiz Eleitoral Inspeccionado: ENTE - JUÍZO DA XXª ZONA ELEITORAL DE XX Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Exemplo de preenchimento: <i>AUTOINSPEÇÃO ANUAL - Provimento CRE-MT nº 1/2022</i>	

LibProv - LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA (305)

Quando usar	Arts. 321 a 350, CPP. Classe de natureza criminal a ser utilizada em caso de apresentação, em ação autônoma, de pedido de concessão de liberdade provisória.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Requerente Requerido: ENTE - JUÍZO DA XXª ZONA ELEITORAL DE XX Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o "objeto do processo" indicar os dados do procedimento em que ocorreu a prisão (número, órgão responsável, local, dentre outros).	

LAP - LISTA DE APOIAMENTO PARA CRIAÇÃO DE PARTIDO POLÍTICO (12560)

Quando usar	Art. 13 e seguintes, Res. TSE nº 23.571/2018. Recebimento de petição que encaminha, para análise e homologação da Justiça Eleitoral, fichas de apoio para criação de partido político.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Requerente - Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)

Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php
Campo "objeto do processo"	Exemplo de preenchimento: <i>FICHAS DE APOIAMENTO PARA CRIAÇÃO DO PARTIDO POLÍTICO XXX - LOTE Nº XXXXXX/2023 - JUÍZO DA [XX]ª ZONA ELEITORAL DE [MUNICÍPIO]/MT.</i>

MI - MANDADO DE INJUNÇÃO (118)

Quando usar	Art. 5º, LXXI, CF e Lei nº 13.300/2016. Apresentação de requerimento de atuação jurisdicional quando a ausência total ou parcial de norma regulamentadora, de natureza Eleitoral, impedir o exercício de direito constitucional e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, soberania e/ou cidadania.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Impetrante Impetrado Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	

MSCrim - MANDADO DE SEGURANÇA CRIMINAL (1710)

Quando usar	Art. 5º, LXIX, CF e Lei nº 12.016/2009. Apresentação de requerimento em defesa de direito líquido e certo, não amparado por <i>habeas corpus</i> , sob a alegação de violação por ato ilegal ou praticado com abuso de poder.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Impetrante Impetrado Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	

MSCiv - MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120)

Quando usar	Art. 5º, LXIX, CF e Lei nº 12.016/2009. Apresentação de requerimento em defesa de direito líquido e certo, não amparado por <i>habeas data</i> , sob a alegação de violação por ato ilegal ou praticado com abuso de poder.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Impetrante Impetrado Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Exemplo de preenchimento: <i>MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO POR CANDIDATO A VEREADOR NÃO ELEITO. AUTORIDADE COATORA - CHEFE DE CARTÓRIO. ALEGAÇÃO DE QUE O SERVIDOR EMITIU CERTIDÃO DE QUE O IMPETRANTE NÃO ESTAVA QUITE COM A JUSTIÇA ELEITORAL EM RAZÃO DE IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS.</i>	

MISOC - MEDIDAS INVESTIGATÓRIAS SOBRE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS (311)

Quando usar	Lei nº 12.850/2013. Requerimento apresentado pela Autoridade Policial para concessão de medidas assecuratórias necessárias à investigação de organização criminosa, nos termos definidos pela lei.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Autoridade: Polícia Civil ou Polícia Federal (ver observação) Investigado Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o "objeto do processo" indicar também os dados do procedimento autuado pela autoridade policial (número, órgão responsável, local, dentre outros).	
Outras observações	<p><u>POLÍCIA CIVIL</u>: deve ser cadastrada como Pessoa Jurídica, utilizando-se o CNPJ n. 37.465.432/0001-88</p> <p>- Cadastro do delegado: deve ser feito do mesmo modo como se cadastra um servidor, pois, para o PJE, o delegado da Polícia Civil funciona como se fosse um servidor. A diferença é que deve ser selecionada, como modelo de localização, a "Delegacia de Polícia Civil" e, como papel, "Policial Civil"</p> <p><u>POLÍCIA FEDERAL</u>: deve ser cadastrada "Ente ou autoridade", de acordo com a sigla da delegacia responsável pelo município.</p> <p>- Cadastro do delegado: os DELEGADOS FEDERAIS estão atuando como procuradores, ou seja, usuários externos, assim como os promotores. Quanto ao cadastro dos DELEGADOS FEDERAIS, este será feito pelo Gestor Regional do PJE na PF, que é o superintendente regional da PF.</p>	

NIP - NOTÍCIA DE IRREGULARIDADE EM PROPAGANDA ELEITORAL (12561)

Quando usar	Art. 41, Lei nº 9.504/97. Apresentação de notícia de propaganda eleitoral irregular em que caiba a atuação do magistrado no exercício do poder de polícia, vedada a aplicação de multa. Realização de enquetes relacionadas ao processo eleitoral (art. 23, § 5º Res. TSE 23.600/2019).	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Noticiante Noticiado Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Exemplo de preenchimento: <i>NOTÍCIA DE IRREGULARIDADE APRESENTADA PELO REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL. PEDIDO DE LIMINAR. PODER DE POLÍCIA. TRIO ELÉTRICO PARADO EM FRENTE A ESCOLA MUNICIPAL. REPRODUÇÃO DE JINGLE DE CAMPANHA. CANDIDATO A PREFEITO FULANO BELTRANO JR.</i>	
Outras observações	Nesta classe processual o campo "Ano da Eleição" na aba "Dados iniciais" deverá estar sempre preenchido.	

PBACrim - PEDIDO DE BUSCA E APREENSÃO CRIMINAL (309)

Quando usar	Art. 240 e seguintes, CPP. Processo de natureza criminal no qual é apresentado requerimento de busca e apreensão.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Requerente Acusado Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o "objeto do processo" indicar também os dados do procedimento autuado pela autoridade policial (número, órgão responsável, local, dentre outros).	
Outras observações	<p><u>POLÍCIA CIVIL</u>: deve ser cadastrada como Pessoa Jurídica, utilizando-se o CNPJ n. 37.465.432/0001-88</p> <p>- Cadastro do delegado: deve ser feito do mesmo modo como se cadastra um servidor, pois, para o PJE, o delegado da Polícia Civil funciona como se fosse um servidor. A diferença é que deve ser selecionada, como modelo de localização, a "Delegacia de Polícia Civil" e, como papel, "Policia Civil"</p> <p><u>POLÍCIA FEDERAL</u>: deve ser cadastrada "Ente ou autoridade", de acordo com a sigla da delegacia responsável pelo município.</p> <p>- Cadastro do delegado: os DELEGADOS FEDERAIS estão atuando como procuradores, ou seja, usuários externos, assim como os promotores. Quanto ao cadastro dos DELEGADOS FEDERAIS, este será feito pelo Gestor Regional do PJE na PF, que é o superintendente regional da PF.</p>	

PePrPr - PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA (313)

Quando usar	Art. 311 e seguintes, CPP. Processo de natureza criminal no qual a Autoridade Policial ou o Ministério Público Eleitoral requer que seja decretada a prisão preventiva do acusado.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Requerente Acusado Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o "objeto do processo" indicar também os dados do procedimento autuado pela autoridade policial (número, órgão responsável, local, dentre outros).	
Outras observações	<p><u>POLÍCIA CIVIL</u>: deve ser cadastrada como Pessoa Jurídica, utilizando-se o CNPJ n. 37.465.432/0001-88</p> <p>- Cadastro do delegado: deve ser feito do mesmo modo como se cadastra um servidor, pois, para o PJE, o delegado da Polícia Civil funciona como se fosse um servidor. A diferença é que deve ser selecionada, como modelo de localização, a "Delegacia de Polícia Civil" e, como papel, "Policia Civil"</p> <p><u>POLÍCIA FEDERAL</u>: deve ser cadastrada "Ente ou autoridade", de acordo com a sigla da delegacia responsável pelo município.</p>	

	- Cadastro do delegado: os DELEGADOS FEDERAIS estão atuando como procuradores, ou seja, usuários externos, assim como os promotores. Quanto ao cadastro dos DELEGADOS FEDERAIS, este será feito pelo Gestor Regional do PJE na PF, que é o superintendente regional da PF.
--	--

PePrTe - PEDIDO DE PRISÃO TEMPORÁRIA (314)

Quando usar	Lei nº 7.960/1989. Processo de natureza criminal no qual a Autoridade Policial ou o Ministério Público Eleitoral requer que seja decretada a prisão temporária do investigado.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Requerente Acusado Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o "objeto do processo" indicar também os dados do procedimento autuado pela autoridade policial (número, órgão responsável, local, dentre outros).	
Outras observações	<p><u>POLÍCIA CIVIL</u>: deve ser cadastrada como Pessoa Jurídica, utilizando-se o CNPJ n. 37.465.432/0001-88</p> <p>- Cadastro do delegado: deve ser feito do mesmo modo como se cadastra um servidor, pois, para o PJE, o delegado da Polícia Civil funciona como se fosse um servidor. A diferença é que deve ser selecionada, como modelo de localização, a "Delegacia de Polícia Civil" e, como papel, "Policial Civil"</p> <p><u>POLÍCIA FEDERAL</u>: deve ser cadastrada "Ente ou autoridade", de acordo com a sigla da delegacia responsável pelo município.</p> <p>- Cadastro do delegado: os DELEGADOS FEDERAIS estão atuando como procuradores, ou seja, usuários externos, assim como os promotores. Quanto ao cadastro dos DELEGADOS FEDERAIS, este será feito pelo Gestor Regional do PJE na PF, que é o superintendente regional da PF.</p>	

QuebSig - PEDIDO DE QUEBRA DE SIGILO DE DADOS E/OU TELEFÔNICO (310)

Quando usar	Processo de natureza criminal no qual a Autoridade Policial ou o Ministério Público Eleitoral requerem a quebra de sigilo de dados e/ou interceptação telefônica para obtenção de prova. Quanto ao pedido de interceptação telefônica, observar o disposto na Lei nº 9.296/1996.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Requerente Acusado Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o "objeto do processo" indicar os dados do processo principal ou do procedimento autuado pela autoridade policial ou MP (número, órgão responsável, local, dentre outros).	
	<u>POLÍCIA CIVIL</u> : deve ser cadastrada como Pessoa Jurídica, utilizando-se o CNPJ n. 37.465.432/0001-88	

Outras observações	<p>- Cadastro do delegado: deve ser feito do mesmo modo como se cadastra um servidor, pois, para o PJE, o delegado da Polícia Civil funciona como se fosse um servidor. A diferença é que deve ser selecionada, como modelo de localização, a "Delegacia de Polícia Civil" e, como papel, "Policia Civil"</p> <p><u>POLÍCIA FEDERAL</u>: deve ser cadastrada "Ente ou autoridade", de acordo com a sigla da delegacia responsável pelo município.</p> <p>- Cadastro do delegado: os DELEGADOS FEDERAIS estão atuando como procuradores, ou seja, usuários externos, assim como os promotores. Quanto ao cadastro dos DELEGADOS FEDERAIS, este será feito pelo Gestor Regional do PJE na PF, que é o superintendente regional da PF.</p>
--------------------	---

PetCrim - PETIÇÃO CRIMINAL (1727)

Quando usar	Trata-se de classe criminal "genérica" a ser utilizada quando não houver classe específica para o pedido apresentado.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Requerente Requerido Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	

PetCiv - PETIÇÃO CÍVEL (241)

Quando usar	Trata-se de classe cível "genérica" a ser utilizada quando não houver classe específica para o pedido apresentado. Exemplos de casos cuja orientação é a utilização dessa classe: Recurso contra Expedição de Diploma; Requerimento de auditoria de urnas; Requerimento atinentes ao horário eleitoral gratuito (que não tenha sido apresentado nos autos da RP de distribuição do HE); Autorização de divulgação de publicidade institucional. Solicitação de acesso ao sistema interno de controle, verificação e fiscalização da coleta de dados das entidades e das empresas que divulgarem pesquisas (art. 13, § 3º Res. TSE 23.600/2019)	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Requerente Requerido Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	

PC-PP - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377)

Quando usar	Art. 32, Lei nº 9.096/95 e Resolução TSE nº 23.604/2019. Tramitação e julgamento das prestações de contas anuais partidárias. Autuação automática mediante integração SPCA x PJe.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo	Interessado: PARTIDO Interessado: PRESIDENTE Interessado: TESOUREIRO Impugnante (se houver)

	Outros participantes	- Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Assuntos preenchidos automaticamente.	
Campo "objeto do processo"	Com a autuação automática dos processos o campo objeto já estará preenchido. A zona eleitoral poderá incluir outras informações, se entender pertinentes. Em caso de apresentação de impugnação o objeto deverá ser retificado para incluir a informação "contas impugnadas" e o motivo da impugnação.	
Outras observações	Atenção: Ainda que a autuação seja realizada automaticamente, o cartório eleitoral deverá conferir os dados, especialmente as partes.	

PCE - PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193)

Quando usar	Art. 28 a 32, Lei nº 9.504/97. Tramitação e julgamento das prestações de contas de campanha eleitoral de candidatos e dos diretórios municipais que registraram vigência no período eleitoral. Autuação automática mediante integração SPCE x PJe.	
Tipo de Parte	CONTAS DE CANDIDATO	
	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Requerente: CANDIDATO Impugnante: (se houver) - Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Tipo de Parte	CONTAS DE PARTIDO POLÍTICO	
	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Requerente: PARTIDO Requerente: PRESIDENTE Requerente: TESOUREIRO Impugnante (se houver) - Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Assuntos preenchidos automaticamente.	
Campo "objeto do processo"	Com a autuação automática dos processos o campo objeto já estará preenchido. A zona eleitoral poderá incluir outras informações, se entender pertinentes. Em caso de apresentação de impugnação o objeto deverá ser retificado para incluir a informação "contas impugnadas" e o motivo da impugnação.	
Outras observações	Atenção: Ainda que a autuação seja realizada automaticamente, o cartório eleitoral deverá conferir os dados, especialmente as partes.	

PIC-MP - PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (1733)

Quando usar	Petição apresentada pelo Promotor Eleitoral que informa ao magistrado o arquivamento de procedimento investigatório criminal que tramitou administrativamente junto ao MPE, observado o art. 19, Res. CNMP nº 183/2018.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Autoridade: ENTE - PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO MATO GROSSO Investigado Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais.	

Assuntos relacionados	https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php
Campo "objeto do processo"	Informar no objeto do processo o número do procedimento investigatório criminal que tramitou administrativamente no MPE.

PA - PROCESSO ADMINISTRATIVO (1298)

Não usar	Os procedimentos referentes a matérias administrativas devem tramitar no Sistema Eletrônico de Informações - SEI. O procedimento para descarte de documentos também deverá ser autuado no SEI, após a aprovação da Portaria TRE-MT nº 351/2021 pelo CGD-JE.
----------	---

PAP - PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA (193)

Quando usar	Art. 381, CPC. Trata-se de classe de natureza cível que busca a produção antecipada de uma prova a ser eventualmente utilizada quando do ajuizamento de ação própria.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Requerente Requerido Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	

PAPCrim - PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS CRIMINAL (11793)

Quando usar	Art. 3º-B, VII e art. 156, I, ambos do CPP. Trata-se de classe de natureza criminal que busca a produção antecipada de prova considerada urgente e relevante.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Requerente Requerido Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	

Reabil - REABILITAÇÃO (1291)

Quando usar	Art. 93 e seguintes, CP. Trata-se de classe criminal a ser utilizada diante de requerimento do benefício jurídico da reabilitação criminal, que consiste na retirada das anotações negativas constantes na ficha de antecedentes criminais do condenado.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Requerente - Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o "objeto do processo" indicar também os dados do processo em que ocorreu a condenação.	

RIAE - RECURSO/IMPUGNAÇÃO DE ALISTAMENTO ELEITORAL (12557)

Quando usar	Art. 45, §§ 6º a 8º, do Código Eleitoral. Apresentação de recurso em face da decisão judicial que deferiu/indeferiu alistamento ou transferência de eleitor, observado o art. 7º, da Lei nº 6.996/1982.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Recorrente Recorrido: ENTE - JUÍZO DA XXª ZONA ELEITORAL DE XX Impugnado: ELEITOR Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	

RCAND - REGISTRO DE CANDIDATURA (11532)

Quando usar	Arts. 10 a 16-B, Lei nº 9.504/97. Apresentação de requerimento de registro de candidatura eleitoral. Autuação automática mediante Integração entre CAND e PJe.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Requerente: CANDIDATO/PARTIDO/COLIGAÇÃO Impugnante/Noticiante (se houver) - Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Assuntos preenchidos automaticamente. Em caso de apresentação de impugnação ao registro de candidatura a autuação deverá ser retificada para inclusão dos assuntos correspondentes, que indiquem a ocorrência da impugnação e o motivo. Exemplo: <i>Impugnação ao Registro de Candidatura (11616) e Inelegibilidade - Rejeição de Contas Públicas (11604)</i>	
Campo "objeto do processo"	Com a autuação automática dos processos o campo objeto já estará preenchido. A zona eleitoral poderá incluir outras informações, se entender pertinentes. Apenas em caso de apresentação de impugnação ao registro de candidatura o objeto deverá ser retificado para incluir a informação "registro impugnado" e o motivo da impugnação.	
Outras observações	Atenção: Ainda que a autuação seja realizada automaticamente, o cartório eleitoral deverá conferir os dados, especialmente as partes. O preenchimento equivocado do número do CPF do candidato no CAND gera anotação de parte equivocada no PJe.	

RSE - REGULARIZAÇÃO DE SITUAÇÃO DO ELEITOR (12559)

Quando usar	A classe poderá ser utilizada em quatro situações: a) necessidade de retificação ou exclusão de código de ASE que não possui impacto nos direitos políticos do eleitor. Os ASE 43, 337, 370, 540 e 558 devem ser tratados em processo autuado na Classe DP - Direitos Políticos; b) apresentação de requerimento de quitação por tempo indeterminado (art. 15, Resolução TSE nº 23.659/2021); c) reversão de transferência equivocada; d) reversão de inscrição cancelada por equívoco.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Interessado Interessado Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	

Campo "objeto do processo"	Ao preencher o objeto fazer constar o código do ASE que se pretende retificar ou excluir.
----------------------------	---

RelPri - RELAXAMENTO DE PRISÃO (306)

Quando usar	Requerimento de relaxamento de prisão ilegal.	
Tipo de Parte	Polo ativo	Acusado preso
	Polo Passivo	Autoridade
	Outros participantes	Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o "objeto do processo" indicar os dados do processo/procedimento em que ocorreu a prisão (número, órgão responsável, local, dentre outros).	

RpCrNotCrim - REPRESENTAÇÃO CRIMINAL/NOTÍCIA CRIME (272)

Quando usar	Art. 356, Código Eleitoral e art. Art. 3º a 7º, Res. TSE nº 23.396/2013. Utilizar em caso de apresentação de notícia-crime ou boletim de ocorrência.	
Tipo de Parte	Polo ativo	Noticiante
	Polo Passivo	Noticiado
	Outros participantes	Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o "objeto do processo" indicar também os dados do procedimento autuado pela autoridade policial (número, órgão responsável, local, dentre outros).	
Outras observações	<p><u>POLÍCIA CIVIL</u>: deve ser cadastrada como Pessoa Jurídica, utilizando-se o CNPJ n. 37.465.432/0001-88</p> <p>- Cadastro do delegado: deve ser feito do mesmo modo como se cadastra um servidor, pois, para o PJE, o delegado da Polícia Civil funciona como se fosse um servidor. A diferença é que deve ser selecionada, como modelo de localização, a "Delegacia de Polícia Civil" e, como papel, "Policial Civil"</p> <p><u>POLÍCIA FEDERAL</u>: deve ser cadastrada "Ente ou autoridade", de acordo com a sigla da delegacia responsável pelo município.</p> <p>- Cadastro do delegado: os DELEGADOS FEDERAIS estão atuando como procuradores, ou seja, usuários externos, assim como os promotores. Quanto ao cadastro dos DELEGADOS FEDERAIS, este será feito pelo Gestor Regional do PJE na PF, que é o superintendente regional da PF.</p>	

RepEsp - REPRESENTAÇÃO ESPECIAL (12630)

Quando usar	Apresentação de representação eleitoral, observado o ordenamento legal e Resolução TSE de Representação, em que seja o caso de observância do rito previsto no art. 22, LC 64/1990. Deve ser utilizada sempre que o objeto da representação seja violação à lei 9.504/97 que possa resultar em cassação do mandato ou diploma, bem como nos casos de doação acima do limite legal.
-------------	--

Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Representante Representado Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Exemplos de assuntos disponíveis para esta classe processual: <i>Captação Ilícita de Sufrágio (11721); Captação ou Gasto Ilícito de Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral (12062); Conduta Vedada ao Agente Público (12063); Corrupção ou Fraude (11722); Inelegibilidade - Abuso de Poder Econômico ou Político (11596); Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral (11684); Doação de Recursos Acima do Limite Legal - Pessoa Física (11700); Doação de Recursos Acima do Limite Legal - Pessoa Jurídica (11701)</i> Atenção: Havendo dentre os representados candidatos eleitos, o assunto " <i>Candidato Eleito (12600)</i> " deverá ser incluído. Em caso de candidatos não eleitos, incluir o assunto " <i>Candidato Não-Eleito (12601)</i> ".	
Campo "objeto do processo"	Exemplo de preenchimento: <i>DOAÇÃO DE RECURSOS ACIMA DO LIMITE LEGAL - PESSOA FÍSICA - ELEIÇÕES 2020 - PEDIDO DE APLICAÇÃO DE MULTA - PEDIDO DE CONCESSÃO DE LIMINAR - POSSÍVEL ANOTAÇÃO DE INELEGIBILIDADE - FICHA LIMPA.</i>	
Outras observações	Nesta classe processual o campo "Ano da Eleição" na aba "Dados iniciais" deverá estar sempre preenchido.	

RP - REPRESENTAÇÃO (11541)

Quando usar	Art. 96, Lei nº 9.504/97. Apresentação de representação eleitoral, observado o ordenamento legal, em que não seja o caso de observância do rito previsto no art. 22, LC 64/1990. Exemplo: Representação por propaganda irregular ou pedido de impugnação do registro de pesquisa eleitoral (art. 16, Res. TSE 23.600/2019).	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Representante Representado Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Exemplo de preenchimento: <i>PROPAGANDA IRREGULAR - NEGATIVA - INTERNET - OS REPRESENTADOS DIVULGARAM NO SÍTIO DA EMPRESA "O AMANHÃ LTDA" E COM O COMPARTILHAMENTO POR WHATSAPP MATÉRIA INVERÍDICA COM DADOS IMPRECISOS E MANIPULADOS COM O FITO DE DESEQUILIBRAR O PLEITO ELEITORAL - PEDIDOS: CONCESSÃO DE TUTELA DE URGÊNCIA PARA DETERMINAR A IMEDIATA RETIRADA DA MATÉRIA DO SÍTIO NA INTERNET, NO MÉRITO A CONDENAÇÃO PARA REMOVER DEFINITIVAMENTE A URL E AO PAGAMENTO DE MULTA.</i>	
Outras observações	Nesta classe processual o campo "Ano da Eleição" na aba "Dados iniciais" deverá estar sempre preenchido.	

RROPCA - REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12631)

Quando usar	Art. 58, Res. TSE 23.604/2019. Apresentação de prestação de contas anual partidária, após o trânsito em julgado da sentença que julga as contas como não prestadas, com o objetivo de regularização da omissão referente ao exercício financeiro. Autuação automática mediante integração SPCA x PJe.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Requerente: PARTIDO Requerente: PRESIDENTE Requerente: TESOUREIRO - Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Assuntos preenchidos automaticamente.	
Campo "objeto do processo"	Exemplo de preenchimento: <i>CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS NA PC Nº 060022-12.2021.6.11.0003 - DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PARTIDO FORTE (PF) - MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE - EXERCÍCIO FINANCEIRO 2020.</i>	
Outras observações	Atenção: Ainda que a autuação seja realizada automaticamente, o cartório eleitoral deverá conferir os dados, especialmente as partes.	

RROPCE - REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12633)

Quando usar	Apresentação de prestação de contas eleitoral de campanha, pelo candidato ou diretório municipal, após o trânsito em julgado da sentença que julga as contas como não prestadas, com o objetivo de regularização da situação de omissão. Observar a Resolução TSE aplicável a cada caso, a depender do ano de eleição a que se refere o requerimento. Autuação automática mediante integração SPCE x PJe.	
Tipo de Parte	DE CANDIDATO	
	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Requerente: CANDIDATO Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Tipo de Parte	DE PARTIDO POLÍTICO	
	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Requerente: PARTIDO Requerente: PRESIDENTE Requerente: TESOUREIRO - Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Assuntos preenchidos automaticamente.	
Campo "objeto do processo"	Exemplo de preenchimento: <i>CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS NA PC Nº 0600300-22.2020.6.11.0003 - CANDIDATO AO CARGO DE VEREADOR - TUTELA DE URGÊNCIA REQUERENDO A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL - ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020.</i>	
Outras observações	Atenção: Ainda que a autuação seja realizada automaticamente, o cartório eleitoral deverá conferir os dados, especialmente as partes.	

ReCoAp - RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS (326)

Quando usar	Art. 118 a 124-A, CPP. Trata-se de classe <u>criminal de natureza incidental</u> a ser utilizada diante de pedido, em ação autônoma, de restituição de bens apreendidos.
-------------	--

Tipo de Parte	Polo ativo	Requerente
	Polo Passivo	Requerido
	Outros participantes	Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	No objeto do processo indicar também os dados do processo principal.	

RvE - REVISÃO DE ELEITORADO (11546)

Quando usar	Autuação de procedimento de revisão do eleitorado para coleta biométrica (calendário do TSE) ou em virtude de fraude no alistamento (ordenada pelo TSE ou TRE-MT), nos termos do art. 71, §4º, do Código Eleitoral.	
Tipo de Parte	Polo ativo	Interessado: ENTE - JUÍZO DA XXª ZONA ELEITORAL DE XX
	Polo Passivo	-
	Outros participantes	Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Exemplo de preenchimento: <i>REDACASTRAMENTO DO ELEITORADO COM COLETA DE DADOS BIOMÉTRICOS. PROVIMENTO CRE/MT Nº XX/2023. MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI.</i>	

Seques - SEQUESTRO (329)

Quando usar	Art. 125 e seguintes, CPP Trata-se de <u>classe criminal de natureza incidental</u> a ser utilizada em caso de requerimento de medida assecuratória referente ao sequestro de bem do acusado.	
Tipo de Parte	Polo ativo	Requerente
	Polo Passivo	Requerido
	Outros participantes	Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	No objeto do processo indicar também os dados do processo principal.	

SIND - SINDICÂNCIA (1308)

Quando usar	Art. 143 e seguintes, Lei nº 8.112/90.	
Tipo de Parte	Polo ativo	Sindicante
	Polo Passivo	Sindicado
	Outros participantes	Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	

SuspOP - SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO (14208)

Quando usar	Art. 54-A, II, da Resolução TSE nº 23.571/2018 (incluído pela Resolução TSE nº 23.662/2021) Suspensão da anotação de órgão partidário municipal, quando decorrente do trânsito em julgado da decisão que julgar não prestadas as contas de exercício financeiro ou de campanha eleitoral.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Requerente: ENTE - PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO MATO GROSSO OU representante de órgão partidário da esfera correspondente ou a ela superior Requerido: Partido Político Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Incluir a informação do número do(s) processo(s) em que as contas foram julgadas não prestadas, indicando a eleição e/ou o exercício financeiro a que se referem.	

TCO - TERMO CIRCUNSTANCIADO (278)

Quando usar	Art. 69, Lei nº 9.099/95. Apresentação de Termo Circunstanciado de Ocorrência criminal.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Autoridade: Polícia Civil ou Polícia Federal (ver observação) Autor do fato Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	
Campo "objeto do processo"	Ao preencher o "objeto do processo" indicar também os dados do procedimento autuado pela autoridade policial (número, órgão responsável, local, dentre outros).	
Outras observações	<p><u>POLÍCIA CIVIL</u>: deve ser cadastrada como Pessoa Jurídica, utilizando-se o CNPJ n. 37.465.432/0001-88</p> <p>- Cadastro do delegado: deve ser feito do mesmo modo como se cadastra um servidor, pois, para o PJE, o delegado da Polícia Civil funciona como se fosse um servidor. A diferença é que deve ser selecionada, como modelo de localização, a "Delegacia de Polícia Civil" e, como papel, "Policia Civil"</p> <p><u>POLÍCIA FEDERAL</u>: deve ser cadastrada "Ente ou autoridade", de acordo com a sigla da delegacia responsável pelo município.</p> <p>- Cadastro do delegado: os DELEGADOS FEDERAIS estão atuando como procuradores, ou seja, usuários externos, assim como os promotores. Quanto ao cadastro dos DELEGADOS FEDERAIS, este será feito pelo Gestor Regional do PJE na PF, que é o superintendente regional da PF.</p>	

TutAntAnt - TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE (12135)

Quando usar	Arts. 303 e 304, CPC, naquilo que compatível com o ordenamento eleitoral. Trata-se de pedido de tutela de urgência, de natureza cível, que visa a antecipação dos resultados da ação principal - eficácia imediata.	
	Polo ativo Polo Passivo	Requerente Requerido

Tipo de Parte	Outros participantes	Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	

TutCautAnt - TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE (12134)

Quando usar	Arts. 305 a 310, CPC, naquilo que compatível com o ordenamento eleitoral. Trata-se de pedido de tutela de urgência, de natureza cível, que visa preservar o efeito prático da tutela definitiva da ação principal.	
Tipo de Parte	Polo ativo Polo Passivo Outros participantes	Requerente Requerido Promotor Eleitoral do Estado do Mato Grosso (fiscal da lei)
Assuntos relacionados	Selecionar dentre os assuntos disponíveis aqueles que estão habilitados para as Zonas Eleitorais. https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php	

Desembargadora **NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO**

Vice-Presidente e Corregedora

ORIENTAÇÃO N. 8/2022

ORIENTAÇÃO CONJUNTA CRE MT E CAEGE2022 n. 08/2022

EMENTA: expede orientação sobre necessidade de mapeamento e gerenciamento dos pontos de difícil acesso para alocação de técnicos de transmissão para as Eleições Gerais de 2022.

A CORREGEDORA REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 22, inciso XII, do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, em conjunto com a COMISSÃO APURADORA DAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2022, constituída por meio da Resolução TRE-MT 2.730, de 12.08.2022;

Considerando o contido na Resolução TSE nº 23.669, de 14 de dezembro de 2021, que dispõe sobre atos gerais do processo eleitoral para as Eleições 2022;

Considerando o contido no Plano de Transmissão de Resultados das Eleições 2022 deste Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso;

Considerando, o contido no Procedimento Eletrônico SEi nº 07758.2022-9;

Considerando, por fim, o disposto no no PJE n. 0600640-70.2022.6.11.0000.

RESOLVE expedir as seguintes orientações:

Tem o presente instrumento o objetivo de orientar os Juízos Eleitorais quanto à necessidade de se promover o devido mapeamento, conferência e gerenciamento dos pontos de difícil acesso, para a alocação de técnicos de transmissão para as Eleições de 2022.

Para tanto, cada Juízo Eleitoral deverá elaborar / confeccionar seu próprio Mapa de Transmissão relativo à sua unidade jurisdicional, adotando-se as seguintes medidas:

1. Confirmar com a STI (Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE/MT) as informações relativas às contingências para a transmissão de resultados (locais, pessoal e equipamentos), na respectiva unidade jurisdicional, para fins de conferência e atualização;
2. Em caso de imprecisão, desatualização ou necessidade de adequações, deverá(ão) ser promovida(s) a(s) correspondente(s) inclusão(ões) / adequação(ões) / correção(ões) no momento de elaboração do Mapa de Transmissão de Resultado de sua unidade jurisdicional.
3. O Cartório Eleitoral deverá finalizar os trabalhos de logística (reunindo todas as informações pertinentes) e, socorrendo-se da STI, confeccionar seu Mapas de Transmissão, conforme as necessidade e peculiaridades de respectiva região.